

Quando os/as professores/as entram em greve: *entre sindicatos fortes, preferências divergentes e oportunidades políticas na Tunísia*¹

When do teachers strike:

between strong unions, divergent preferences and political opportunity in Tunisia

Cuando los docentes se declaran en huelga:

entre sindicatos fuertes, preferencias divergentes y oportunidades políticas en Túnez

 **HANIA SOBHY***

Instituto Max Planck de Estudo da Diversidade Religiosa e Étnica, Alemanha

RESUMO: Os sindicatos desempenharam um papel decisivo na promoção da democracia e da justiça social na Tunísia. Em 2023, dois sindicatos docentes comandaram uma ‘greve silenciosa’ que durou um ano, na qual os/as professores/as se recusaram a entregar as notas dos/das alunos/as à administração. Com base em entrevistas com 60 docentes, este artigo analisa suas visões a respeito dos sindicatos e dos protestos em curso. Embora os sindicatos ainda sejam considerados os principais defensores da educação pública e as queixas sobre os salários sejam disseminadas entre os/as docentes, as opiniões sobre a participação na greve divergem conforme a percepção de oportunidade política e as diferenças nas preferências morais e políticas, em meio a uma crise política e financeira local e a pressões globais por austeridade e privatização.

Palavras-chave: Professores/as. Protesto. Revoltas árabes. Tunísia. Sindicatos.

ABSTRACT: Unions have played a decisive role in promoting democracy and social justice in Tunisia. In 2023, two teacher unions led a

* Instituto Max Planck de Estudo da Diversidade Religiosa e Étnica, Göttingen, Alemanha. E-mail: <sobhy@mmg.mpg.de>.

yearlong ‘silent strike’ of withholding student marks from administration. Based on interviews with 60 teachers, this article analyses teacher views on the unions and on ongoing protests. While unions are still considered the main defenders of public education and grievances about salaries were shared among teachers, their views on strike participation diverged based on perceived political opportunity and differences in moral and political preferences, amidst a local political and financial crisis and global pressures towards austerity and privatisation.

Keywords: Teachers. Protest. Arab uprisings. Tunisia. Syndicates.

RESUMEN: Los sindicatos han desempeñado un papel decisivo en la promoción de la democracia y la justicia social en Túnez. En 2023, dos sindicatos docentes lideraron una huelga silenciosa de un año, en la que los/as docentes se negaron a entregar las calificaciones de sus estudiantes a la administración. A partir de entrevistas a 60 docentes, este artículo analiza sus opiniones sobre los sindicatos y las protestas en curso. Si bien los sindicatos siguen siendo considerados los principales defensores de la educación pública y las quejas sobre los salarios son generalizadas entre el profesorado, las opiniones sobre la participación en huelgas difieren según la percepción de oportunidad política y las diferencias en las preferencias morales y políticas, en medio de una crisis política y financiera local y presiones globales a favor de la austeridad y la privatización.

Palabras clave: Docentes. Protesta. Revueltas árabes. Túnez. Sindicatos.

Introdução

Não há valor mais central para os sindicatos docentes do que sua dedicação à educação *pública*, enraizada em sua crença de que a educação é um bem público, essencial para o desenvolvimento de cidadãos e cidadãs instruídos/as (CASEY, 2012).² No entanto, em maio de 2023, o porta-voz de uma iniciativa chamada Campanha contra a Destruição da Educação Pública na Tunísia argumentou que os sindicatos estavam por trás do crescimento da privatização das escolas, pois seus protestos estariam assustando pais e mães, os/as levando a matricularem seus filhos e suas filhas em escolas privadas, desmantelando, assim, a educação pública. Embora essa tenha sido uma declaração extremista e chocante para o público tunisiano, a última ação de protesto dos/das professores/as, iniciada em dezembro de 2022, foi tema de um debate público

acalorado ao longo do ano letivo, tanto na sociedade quanto entre os/as profissionais da educação. Em abril de 2023, os tribunais rejeitaram uma ação movida por pais e mães de alunos/as contra os dois sindicatos docentes do ensino básico: primário (1º ao 6º ano) e secundário (7º ao 13º ano). Em julho, o Ministério fez algumas poucas concessões ao sindicato de docentes do ensino secundário, enquanto o agravamento continuou com o sindicato do ensino primário. Os salários dos/das docentes eram um elemento-chave das reivindicações sindicais, assim como a regularização da situação dos/das professores/as em precariedade e a inclusão na reforma da educação.

Nas últimas décadas, os salários docentes, tal como outros salários do setor público na Tunísia, sofreram uma erosão significativa no poder de compra. Os salários líquidos de professores/as variaram entre 1400 e 1800 dinares da Tunísia – TND/mês, ou entre 450 e 600 dólares – USD /mês, em 2023. Para docentes com mais de 15 anos de experiência, os salários brutos anuais como proporção do PIB/capita de 2,5 (Tabela 1), são inferiores aos que se encontram em muitos países de renda média e baixa.³ Numa perspectiva regional, os salários na Tunísia são inferiores aos do Marrocos como proporção do PIB/capita, embora mais altos que os do Egito e da Argélia (Tabela 1). O declínio do poder de compra real e do status social aumentou a pressão sobre os/as professores/as para que recorram a aulas particulares e/ou à privatização informal, para que protestem contra suas condições, abandonem a profissão ou busquem emigrar. Com a ação sindical recente, podemos analisar as mudanças nas percepções e no papel dos sindicatos no contexto da austeridade, da crise da dívida e do processo de democratização que a Tunísia tem atravessado desde a Revolução de 2010, que derrubou o regime de Ben Ali.

Tabela 1: Estimativa dos salários docentes no Norte da África em USD, PPC e como proporção do PIB/capita.

Salários médios brutos anuais dos/as docentes	Na moeda local	US\$	Paridade do Poder de Compra – PPC	Proporção do PIB per capita
Tunísia	28800 TND	9220	26800	2,5
Marrocos	90720 MAD	9430	23380	3
Egito	74600 EGP	4480	16440	1,2
Argélia	1268000 DZD	9380	27200	2

Fonte: Cálculos da autora baseados em entrevistas com professores/as, em folhas de pagamento na Tunísia e nos últimos relatórios disponíveis da Argélia, do Egito e do Marrocos (TASHRI3, 2024; WORLD BANK, 2022; CSEFRS, 2021). Para uma melhor comparação internacional, as estimativas se referem aos salários anuais brutos (não líquidos) de professores/as permanentes contratados/as (ou seja, não temporários/as) em diferentes níveis de ensino.

A Tunísia representa um caso singular de sindicalismo na África, na região árabe e no sul global, tendo sido o país árabe onde o sindicalismo foi mais forte e influente para

definir os resultados da revolta que fez parte da chamada Primavera Árabe (YOUSFI, 2017). Sua famosa central sindical, a União Geral do Trabalho da Tunísia, comumente tratada por sua sigla em francês UGTT (de *Union Générale Tunisienne du Travail*), fez parte do Quarteto para o Diálogo Nacional, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 2015 por seu papel na transição democrática tunisiana. Além do papel dos quadros sindicais na mobilização durante a Revolução contra o antigo regime autoritário, a União também representou um contrapeso fundamental às forças islâmicas na era pós-levante. A UGTT está na vanguarda da resistência às medidas de austeridade estipuladas num acordo com o FMI, que aguarda assinatura desde 2022 e tem recebido atenção considerável da imprensa e de pesquisadores/as. No entanto, existem poucas pesquisas sobre sindicatos setoriais, sua relação com o Estado, com a própria UGTT ou sobre como suas ações são percebidas entre seus próprios membros⁴.

Este artigo discute um caso singular de mobilização de professores/as, em que dois sindicatos docentes, separadamente, se envolveram num ‘protesto silencioso’, no qual retiveram as notas de alunos e alunas (*hajb al-a’dad*) da administração escolar e do ministério durante a maior parte do ano letivo de 2022/2023⁵. O artigo apresenta uma análise detalhada das narrativas docentes em relação a quatro fatores teóricos que motivaram a participação na greve: identidade social, percepção de injustiça, eficácia e moralidade. Para tanto, ele vincula o trabalho sobre docentes e sindicatos docentes à literatura sobre ação coletiva, destacando elementos que poderiam ser estudados de forma mais sistemática na análise de futuras greves de professores/as. Em particular, o artigo destaca o papel das experiências históricas (construídas) sobre os determinantes da participação na greve, ou seja, ampliando temporalmente a análise de identidade, eficácia e percepção de injustiça a um período mais longo, ampliando também as noções de moralidade para relacioná-las não apenas com as injustiças contra as quais o protesto se direciona, mas também levando em conta considerações morais quanto às implicações da greve, como as que estão ligadas às condições contemporâneas em nível nacional (por exemplo: pressionar um governo endividado) e implicações específicas do setor (por exemplo: o impacto de uma ação grevista prolongada sobre o aprendizado de alunos/as e o status da educação pública numa era de privatização veloz). Desse modo, sublinha as considerações históricas, estratégicas, políticas e morais dos/das participantes na ação coletiva para além da identidade, eficácia e queixas.

Este artigo está entre as poucas análises com revisão por pares sobre as opiniões de docentes a respeito de sindicatos e ação sindical na região árabe e na África, num contexto de escassez, de forma mais geral, de pesquisas sobre as opiniões de professores/as a respeito dos sindicatos no sul global. Com base em entrevistas com 60 professores/as, realizadas entre abril e junho de 2023, além de entrevistas com líderes sindicais, especialistas e outras partes interessadas, o artigo analisa as opiniões de docentes sobre a defesa da educação pública, a greve de 2023 e o papel dos sindicatos na política do país de forma mais geral. Para essa análise, recorreremos

à literatura sobre sindicatos docentes e ação coletiva, revelando os elementos complexos (temporais, geracionais, políticos, históricos) que moldam os principais fatores que impulsionam a participação na ação coletiva: percepção de injustiça, identidade social, eficácia e moralidade. A primeira seção do artigo analisa a literatura existente sobre sindicatos docentes, opiniões de professores/as a respeito de sindicatos e determinantes da participação em greves e ações coletivas. A segunda enfoca o caso tunisiano. A terceira e a quarta apresentam os métodos e os resultados do estudo.

Sindicatos docentes, educação pública e ação coletiva

Os salários, os índices de evasão docente e a escassez de professores/as são questões globais, e os protestos dos/das educadores/as têm se intensificado nos últimos anos (BASCIA & MAHARAJ, 2022). Os/As docentes do Reino Unido organizaram uma série de greves em 2023, num momento em que um número recorde de professores/as – mais de 40.000, ou 9% da sua força de trabalho – abandonou a profissão em 2022, num contexto de escassez de professores/as em toda a Europa (YANATMA, 2023). Os/As docentes de Portugal entraram em greve em 2023 de forma semelhante aos/as da Tunísia, retendo as notas de alunos/as e ameaçando boicotar os exames nacionais. Só em 2019, milhões de professores/as em todo o mundo, incluindo no Quênia, na África do Sul, no México, na Argentina e na Colômbia, entraram em greve ou ameaçaram entrar em greve (CHAMBERS-JU, BEATTY & PRAMANA, 2022b). Embora as pesquisas sobre sindicatos docentes sejam relativamente limitadas, diferentes vertentes da literatura abordaram o papel dos sindicatos docentes na defesa da educação pública e seu impacto na aprendizagem dos/das alunos/as, as opiniões dos/das professores/as sobre os sindicatos e os fatores que moldam as opiniões dos/das trabalhadores/as em relação a protestos e greves.

De modo geral, os sindicatos docentes articulam seus principais objetivos em termos de proteção e avanço da educação pública. Por outro lado, os/as críticos/as políticos/as dos sindicatos os acusam com frequência de mobilizar as escolas de acordo com suas necessidades e não com as dos/das discentes. No entanto, pesquisas demonstraram uma ligação entre a sindicalização e a melhoria do aprendizado dos/das alunos/as. Isso se dá por meio de uma série de efeitos que levam à melhoria da qualidade do ensino e do desempenho dos/das alunos/as, incluindo a promoção de maior autonomia profissional e a garantia de melhores salários, condições de trabalho e segurança no emprego, atraindo assim novos/as profissionais e reduzindo a rotatividade (VACHON & MA, 2015). Os sindicatos também podem ter um efeito moderador nas greves, canalizando as reivindicações por meio de negociações coletivas (HOYMAN, JANSÁ & BUSSING, 2023). Os sindicatos docentes também têm sido fundamentais para fazer bloqueios a uma série de políticas associadas à mercantilização e à gestão neoliberal da educação, incluindo contratações mais flexíveis, o uso de vouchers escolares e o uso da tecnologia

para substituir professores/as, que são prescrições com impacto questionável sobre a aprendizagem ou o bem-estar dos/das alunos/as (FRYMER, 2012; BATTISTONI, 2012; CASEY, 2012). No contexto dos EUA, que não têm sindicatos fortes, muitas dessas reformas mercadocêntricas, que têm um potencial de lucro enorme para certos setores empresariais e são apoiadas por coalizões políticas fortes e coesas, já teriam sido implementadas de forma mais ampla (CASEY, 2012).

Da mesma forma, na América Latina a resistência dos sindicatos às políticas orientadas para o mercado moldou o destino dessas propostas políticas (MADRID, 2003; PETRAS, 2018). As pesquisas já existentes sobre os países em desenvolvimento enfatizam o poder decisivo dos sindicatos docentes na política educacional, que varia em forma e influência, desde grupos de interesse até poderosas máquinas políticas (SCHNEIDER, 2022). Os sindicatos docentes que atuam como grupos de interesse são comuns nos países da OCDE e nos países do Cone Sul da América Latina, oferecem benefícios seletivos a seus membros e entram em greve com frequência, assim como se envolvem na política eleitoral, comumente com vários partidos. No seu maquinário político, as lideranças sindicais têm poder discricionário sobre recursos, pessoal e, especialmente, carreiras (contratação, promoção e transferência), o que lhes dá influência sobre os membros e, por sua vez, confere às lideranças um poder de barganha significativo na política eleitoral e de coalizões (SCHNEIDER, 2022). A greve de docentes é, no entanto, apenas uma opção para os sindicatos e frequentemente vem combinada a outras formas de ativismo. Como argumenta Rebecca Tarlau (2019), os/as ativistas são mais eficazes quando utilizam a governança conjunta contenciosa, combinando ações disruptivas e protestos públicos com pressão institucional para defender e promover os seus objetivos, o que requer competências técnicas e políticas numa vasta gama de áreas. Christopher Chambers-Ju, Amanda Beatty e Rezanti Pramana (2022a) mostram como o sindicato indonésio PGRI articulou propostas, alavancou conhecimento e fez reivindicações relacionadas às principais políticas educacionais adotadas no país nas últimas duas décadas. No entanto, também se tem argumentado que, embora os sindicatos docentes possam ter o poder de articular interesses e moldar a política trabalhista, em muitos países de baixa e média renda, as organizações docentes têm dificuldade para demonstrar expertise em políticas e competência profissional em áreas essenciais relacionadas ao ensino e à aprendizagem (CHAMBERS-JU, BEATTY & PRAMANA, 2022a). O desenvolvimento de conhecimentos especializados em políticas também pode vir acompanhado de pressão para aceitar reformas globais. As orientações recentes na assistência internacional ao desenvolvimento têm procurado ‘envolver’ os sindicatos dos países de baixa renda em questões políticas com o objetivo de reduzir sua resistência à agenda global, às vezes tratada como Movimento Global da Reforma Educacional – GERM, na sigla em inglês (WEINER & COMPTON, 2019). Pasi Sahlberg (2006) identificou as principais características do GERM: maior padronização, redução do currículo para se concentrar em disciplinas/conhecimentos essenciais, aumento da fiscalização e responsabilização dos/das

docentes e uso de práticas de gestão corporativa. Seriam essas as principais características da nova ortodoxia, que é caracterizada como disseminada e aniquiladora, infectando escolas em todo o mundo tal como uma epidemia (SAHLBERG, 2012). A GERM não é vista apenas como destrutiva para as escolas, mas também como “ataque ao ensino, aos/as professores/as e aos seus sindicatos” (COMPTON & WEINER, 2008).

Sindicatos docentes, participação em greves e ação coletiva

Pouquíssimas pesquisas analisaram as opiniões dos/das professores/as a respeito de seus sindicatos e ainda menos pesquisas relacionaram essas opiniões à percepção de ações específicas dos sindicatos. “Há pouquíssimas pesquisas a respeito de como os/as professores/as percebem seus sindicatos, mas as evidências existentes sugerem que suas percepções variam de fortes opiniões antissindicalistas à filiação sindical consistente e apaixonada, passando pela apatia” (BASCIA, 2008, p. 97). Estudos demonstraram que a maioria esmagadora dos/das professores/as dos EUA acredita que os sindicatos docentes representam seu bem comum com competência, e que sem as associações os seus salários e as condições de ensino teriam reduções drásticas (SILVA *et al.*, 2008). Tal satisfação aparentemente é um trunfo fundamental numa profissão que enfrenta grande escassez e taxas de desgaste muito elevadas. No entanto, a distância entre sindicatos e docentes pode ter aumentado no início dos anos 2000 devido a: 1) aposentadoria de uma geração de professores/as com profundo apreço pela defesa sindical; 2) restrições à negociação coletiva; 3) comentários negativos sobre os sindicatos por parte dos governos e da mídia; e 4) como a educação pública e os/as professores/as têm sido alvo de ataques governamentais, muitos sindicatos têm sido sobrecarregados pela magnitude das questões que precisam ser abordadas (BASCIA, 2008). Esses fatores comprometem seriamente a viabilidade dos sindicatos docentes e sua legitimidade como voz dos/das professores/as (BASCIA, 2008, p. 96). Dadas as ondas de protestos indicadas acima, parece que estamos no meio de uma fase de renovação dos sindicatos docentes. De fato, Nina Bascia e Sachin Maharaj (2022) observam que a última década foi testemunha de mudanças significativas no sindicalismo de professores/as nos Estados Unidos, e sucessos indicam uma nova era de ativismo dos/das professores/as envolvidos/as nos sindicatos.

As pesquisas existentes trazem algumas poucas pistas a respeito de quais fatores influenciam a opinião dos/das professores/as sobre os sindicatos.

As opiniões e ações dos/as professores/as em relação ao valor do que o seu sindicato tem a oferecer estão enraizadas no seu próprio “senso comum”, que podemos considerar como sendo o produto de um conjunto complexo de fatores pessoais e locais que, juntos, produzem certas necessidades e certos valores profissionais, sociais, políticos, intelectuais e econômicos (BASCIA, 2008, p. 97).

Pesquisas já publicadas trazem um entendimento sobre o que os/as professores/as desejam dos sindicatos: atuação em prol da categoria; autossuficiência econômica; participação na tomada de decisões; oportunidades de desenvolvimento profissional e aprendizagem; e a articulação e promoção de uma identidade profissional positiva (BASCIA, 2008). Uma revisão recente do trabalho sobre a satisfação docente nos países em desenvolvimento também aponta uma série de necessidades dos/das professores/as, incluindo condições de trabalho propícias; oportunidades de promoção; remuneração justa; apoio das diretorias, de colegas e da comunidade; empoderamento dos/das professores/as e amizades (SAHITO & VAISANEN, 2019). A ação sindical e o apoio de professores/as a tais ações também têm elementos políticos e de oposição mais amplos. Docentes não são motivados/as apenas pela insatisfação, pela percepção de injustiça ou pelo declínio do poder aquisitivo, mas muitas vezes por outras queixas contra os partidos governantes ou quanto ao estado da educação em geral. A exigência de um aumento salarial muitas vezes simboliza a frustração dos/das professores/as com as orientações políticas e seu interesse em serem tratados/as com respeito (BASCIA, 2004; CARLSON, 1992). O fato de que, legalmente, só os sindicatos podem negociar salários, benefícios e condições de trabalho significa que outras questões e preocupações encontram um gargalo nesses canais específicos e restritos.

Ainda menos estudos pesquisaram as opiniões de professores/as sobre a participação em greves ou suas opiniões sobre greves em andamento. Um estudo sobre a recente onda de greves docentes nos Estados Unidos defendeu que a diminuição dos recursos para professores/as e alunos/as e as leis restritivas de negociação coletiva, entre outros fatores jurídico-políticos, catalisaram a mobilização nacional docente (HOYMAN, JANSÁ & BUSSING, 2023). No entanto, pesquisas sobre a participação em greves fora do âmbito educacional trazem pistas sobre as decisões de funcionários/as de entrar em greve. Por exemplo: pesquisas anteriores mostraram que trabalhadores/as tendem a entrar em greve quando demonstram alto grau de confiança num grupo de defesa coletiva e estão acostumados/as com o direito do sindicato de representar seus interesses perante o/a empregador/a (AKKERMAN, BORN & TORENVLIED 2013). No caso das greves recentes de trabalhadores/as, a insatisfação no trabalho, a confiança nos sindicatos e o fato de terem um cargo permanente influenciaram as decisões sobre a participação em greves (APICELLA & HILDEBRANDT, 2019). Outras pesquisas destacam que a percepção de sucesso da greve, assim como o compromisso com seus objetivos, explicam grande parte da participação (COLOGNA, HOOGENDOORN & BRICK, 2021). As opiniões de outras partes relevantes sobre a greve, como o público em geral ou/as colegas, também afetam as decisões de participação (KRAVITZ *et al.*, 1990). Outros estudos apontam raça, renda e distinções ocupacionais como fatores influentes no comportamento grevista (DIXON & ROSCIGNO, 2003). No entanto, os/as estudiosos/as têm sublinhado que o entendimento predominante a respeito de protestos trabalhistas e greves tem como foco contextos

democráticos estáveis e apontado a importância dos efeitos de manifestações intersetoriais e da compreensão das greves como parte de um universo mais amplo de políticas contenciosas, moldadas por sinais de oportunidade e mudanças nas condições econômicas em nível nacional (BARRIE & KETCHLEY, 2018). Assim, a literatura aponta múltiplas condições estruturais, limitações e oportunidades, assim como correlações individuais no que diz respeito à participação em greves.

Esses argumentos encontram reverberação fora da pesquisa sobre sindicatos na literatura mais ampla sobre ação coletiva. Três elementos-chave são vistos como impulsores da participação em ações coletivas. A percepção de injustiça, a identidade social e a eficácia do grupo (a percepção de que um grupo é capaz de atingir seus objetivos) afetam diretamente a participação em ações coletivas (BANDURA, 2000). Da mesma forma, os precedentes e sucessos anteriores têm seu peso. Resultados positivos ou bem-sucedidos de ações coletivas em pequena escala fortalecem a motivação para atos de protesto em grande escala, intensificando os sentimentos de identidade, eficácia e empoderamento compartilhados pelo grupo (BURROWS *et al.*, 2022). Alguns/umas estudiosos/as atribuem um espaço especial à moralidade: a sensação de violação de padrões morais ou princípios do que é certo podem levar a uma ação coletiva, e as convicções morais violadas podem unir os/as desfavorecidos/as e os/as favorecidos/as numa luta conjunta pela mudança social (VAN ZOMEREN, 2013). Martijan van Zomeren (2013) se refere, assim, a quatro motivações para empreender ações coletivas: identidade, moralidade, emoção e eficácia. Aqui a percepção de injustiça deve estimular emoções fortes (especialmente raiva) que impelem sujeitos/as à ação coletiva; e é a emoção – a indignação em particular, e não a percepção de injustiça ou a queixa em si – que a dispara.

Ainda existe uma grande ambiguidade quanto à forma como cada um desses motivadores pode ser definido e medido e até que ponto eles podem nos ajudar a compreender as dinâmicas estruturais e políticas. Por exemplo: em relação à eficácia, pode não ser a eficácia do grupo – a crença de que meu grupo pode alcançar seus objetivos – que importa nas decisões de participação, mas sim a “eficácia participativa”: a crença de que minha participação pode fazer a diferença para alcançar esses objetivos (SHUMAN *et al.*, 2023). A identidade do grupo pode se referir a muitos níveis de identificação, e é notoriamente difícil capturar e avaliar emoções por meio de entrevistas ou pesquisas. Por outro lado, a ênfase na emoção (em oposição à percepção de injustiça) possibilita levar em conta emoções como o medo da repressão (ser preso/a por expressar certas opiniões ou apoiar uma greve trabalhista) nas decisões de greve que são relevantes para democracias menos estabelecidas. Além disso, essa literatura oferece pouco espaço para considerações estruturais, políticas, contextuais e se refere principalmente a contextos democráticos. Embora a eficácia se refira às crenças sobre as próprias habilidades, é a partir da ideia de percepção de oportunidade política que se avaliam as chances de sucesso, um elemento essencial da análise de custo-benefício da mobilização. A literatura sobre

mobilização enfatiza que a ação coletiva é melhor abordada dinamicamente em relação às estruturas discursivas e de percepção de oportunidade em termos de mecanismos e processos, em vez de condições e correlações (GIUGNI, 2011). A ênfase na dinâmica e no processo implica atenção aos elementos temporais, interações ao longo do tempo e contestações sobre o significado.

O que sabemos sobre professores/as e sindicatos docentes pode nos ajudar a ver essa literatura sob uma perspectiva diferente. A percepção de injustiça e as emoções a ela associadas podem estar relacionadas a qualquer aspecto que os/as professores/as valorizam ou precisam. Em termos de identidade social, uma forte identificação de grupo entre os/as professores/as, bem como o posicionamento dos/das professores/as em relação aos seus sindicatos, devem ser fatores importantes nas suas decisões de participar de ações coletivas. A identidade de grupo também pode ser mediada pelas grandes diferenças geracionais entre os/as docentes. A identificação dos/das professores/as com os sindicatos pode ser moldada pelo legado político e pelo papel das associações e pelo seu papel e imagem atuais, bem como pela convergência das opiniões políticas e ideológicas dos/das professores/as com as da organização da classe. As percepções de eficácia podem estar relacionadas às taxas de participação prévias e aos sucessos prévios dos sindicatos docentes, bem como aos sucessos recentes de outros sindicatos. Por fim, critérios morais, como o mesmo salário para o mesmo trabalho, podem influenciar em específico a solidariedade entre professores/as efetivos/as e professores/as temporários/as e menos favorecidos/as. Posturas morais e princípios também podem dissuadir professores/as de mobilizações (como protestos prolongados) que podem trazer implicações negativas para o aprendizado e a motivação dos/as alunos/as, ampliando as desigualdades entre os/as discentes, alimentando a privatização e prejudicando a imagem e a reputação da educação pública. As opiniões de outras pessoas podem ter significado especial para os/as professores/as devido às relações duradouras e pessoais com quem depende de seu trabalho (alunos/as e famílias). Todos esses são elementos que podem moldar a percepção de oportunidade política e a análise de custo-benefício dos/das professores/as em relação à participação numa greve. Também vimos que o protesto dos/das professores/as pode ser um meio de sinalizar insatisfação e não apenas de alcançar as reivindicações anunciadas. A participação em protestos pode representar um gesto simbólico de desafio a líderes impopulares ou um gesto de lealdade a forças opositoras que convocam o protesto e uma demonstração de poder e solidariedade.

Este artigo utiliza a pesquisa no contexto tunisiano para avaliar como a literatura existente pode ajudar a explicar as narrativas dos/das professores/as sobre a greve, especialmente em contextos do sul global com recursos limitados e fora das democracias estabelecidas.

Educação e sindicatos na Tunísia pós-revolução

A Tunísia enfrenta atualmente uma situação econômica atroz, com uma das maiores despesas com salários do setor público no mundo, corrupção endêmica, inflação crescente, déficits crescentes e altas taxas de desemprego persistentes, especialmente entre jovens com formação superior. Embora a Tunísia ainda não tenha consolidado sua democracia, durante a última década o governo e o povo tunisianos tiveram vários sucessos, incluindo a elaboração de uma constituição pluralista e liberal, a realização de eleições locais e nacionais livres e justas, a promoção de um clima animador para a sociedade civil e a mídia e o desenvolvimento de instituições políticas baseadas na inclusão (YERKES, 2022). As regiões interioranas da Tunísia constituem uma importante fonte de descontentamento, que derrubou o antigo regime e continua a ser um ponto de atração para manifestantes, sublinhando como as disparidades regionais de riqueza – em termos de acesso a empregos, prestação de serviços, acesso à terra e à água e poluição – podem fomentar uma agitação que transforma o país (MEDDEB, 2020). Desde julho de 2021 o presidente eleito Kais Saied, descrito como um líder populista sem partido político ou experiência governamental, gradualmente reverteu muitos dos ganhos democráticos ao dissolver o parlamento, invalidar a constituição, dismantelar o Conselho Superior da Magistratura e efetuar uma série de prisões políticas (YERKES, 2022).

Paralelamente a essas transformações políticas, o setor educacional vinha sofrendo em termos de pessoal e desempenho. A recente onda de protestos dos/das professores/as segue um período de declínio no desempenho, causado por ondas de austeridade e precarização no setor educacional. Os sindicatos identificam há bastante tempo o aumento do número de professores/as substitutos/as (*nuwwab*), com salários e empregos precários, e sua distribuição em áreas desfavorecidas no ensino fundamental como uma fraqueza do sistema e um alvo fundamental da reforma (WHITE BOOK, 2016, p. 62–63). Os/As professores/as substitutos/as recebem menos da metade do salário de um/a professor/a regular, são pagos/as apenas 9 meses por ano e não têm os mesmos direitos à previdência social. Fontes noticiosas indicam que existem atualmente entre 12.000 e 17.000 professores/as substitutos/as (*mu'alimun nuwwab*) com empregos precários, o que representa cerca de 10% dos/das docentes. O Ministério recorreu à contratação precária devido a restrições orçamentárias, incluindo acordos com o FMI para reduzir a folha de pagamento dentro dos acordos de quitação da dívida. O Ministério também afirma que tem pouca margem para fazer outras melhorias no setor, já que os salários representam 95% do seu orçamento.

Embora seja comum ouvir que as greves estão afetando o desempenho dos/das alunos/as, o aprendizado já estava em declínio antes da onda de protestos que começou em 2014/2015, e esse declínio foi exacerbado pelo fechamento das escolas pela Covid-19. De acordo com os últimos resultados da Tunísia no PISA de 2015, mais de dois terços

dos/das alunos/as tunisianos/as não atingem os níveis básicos de proficiência, o que os/as põe em risco de exclusão e revela um declínio em relação à década anterior em todas as disciplinas, sobretudo na habilidade de leitura (WORLD BANK, 2016)⁶. A privatização também passou por uma grande aceleração na última década. A matrícula em escolas particulares é mais alta no ensino fundamental e aumentou de 2% em 2010 para 8% em 2021, dobrando de 2% para 4% nos três anos entre 2011 e 2014 e dobrando novamente nos cinco anos entre 2015 e 2021, em ritmo mais lento, de 4% para 8% (UIS, 2022).

Tem-se argumentado que a democratização no mundo em desenvolvimento e pós-comunista trouxe ganhos limitados para os/as trabalhadores/as, não só pela menor capacidade dos sindicatos de garantir benefícios devido à crise econômica e à globalização, mas também em razão da forma como os legados da era pré-democrática limitam ou aumentam o poder dos sindicatos nas novas democracias (CARAWAY, COOK & CROWLEY, 2015). No entanto, o caso da Tunísia pode ser uma exceção a esse respeito. Desde a Revolução, os sindicatos permanecem coesos, unificados e influentes, uma vez que os/as trabalhadores/as alcançaram várias conquistas, incluindo um aumento do salário mínimo e uma influência sem precedentes sobre o governo (HARTSHORN, 2018). A começar por seu papel como pedra angular do movimento nacionalista na era colonial, a UGTT sempre teve um papel fundamental na política tunisiana: não tanto como um sindicato e sim como organização que sempre vinculou as lutas sociais a reivindicações políticas e nacionais (YOUSFI, 2017). No contexto pós-levante, ela assumiu papel central nas discussões para estabelecer mecanismos amplos para gerenciar a transição (YOUSFI, 2017). Ian Hartshorn e Rudra Sil (2019) argumentaram que onde as principais federações sindicais desempenharam papel significativo na mudança de regime e se juntaram à coalizão governamental pós-autoritária na esperança de consolidar a sua influência, elas se tornaram mais fracas e mais divididas, à medida que seus/suas aliados/as políticos/as avançavam no neoliberalismo. Os sindicatos tunisianos correm o risco de seguir o mesmo caminho se continuarem a se considerar parceiros da nova elite governante (HARTSHORN & SIL, 2019).

Os sindicatos docentes e a onda recente de protestos

Tal como em outros regimes pós-coloniais, os acordos celebrados na Tunísia nas décadas de 1950 e 1960 criaram sindicatos complacentes, que foram “corporativizados” para agregar e canalizar as reivindicações dos seus membros de forma específica; mas nos anos que antecederam a Revolução houve uma ruptura do pacto corporativista que mantinha a paz laboral, seguida de uma onda de militância trabalhista (HARTSHORN, 2018). O Sindicato dos/das Professores/as da Tunísia foi fundado em 1972, com cinco sindicatos que se uniram em 1983. Os/As professores/as são considerados uma base forte no

sindicato geral (UGTT) e têm longo histórico no trabalho sindical. A UGTT tem cerca de um milhão de membros dos setores público e privado, em uma população de 12 milhões. Embora a filiação sindical seja na verdade opcional, ela é quase universal – cerca de 97% –, já que o número de envolvidos/as no sindicato é estimado em cerca de 150 mil membros, enquanto o número total de professores/as era de 153.400 em 2020/2021 (MAMARI, 2023). Ao descrever o contexto do movimento docente, baseio-me nas informações compartilhadas pelos/as professores/as e outros/as entrevistados/as, incluindo lideranças sindicais, ex-ministros/as e outros especialistas, bem como em reportagens.

Os sindicatos docentes sempre foram fortes e gozaram de poder separadamente da UGTT. Desde o seu princípio, mantiveram com o centralismo sindical uma relação de conflito-unidade. Antes de 2011, quanto mais a liderança sindical centralizada se aproximava do regime governante, mais entrava em conflito com o sindicato do ensino secundário, em particular; e quanto mais se afastava do poder, mais a relação era caracterizada pelo encontro e pela unidade. Essa dinâmica pode ter persistido no contexto atual pós-golpe constitucional. O líder do sindicato do ensino fundamental, eleito em 2018 e reconfirmado em 2022, é uma figura de destaque do partido político de esquerda, o Partido Democrático Patriótico Unificado (*Wataad*). O líder do sindicato de educadores/as do ensino médio é de uma corrente política que apoia o presidente atual, o que possivelmente facilitou a resolução do conflito com o governo.

Os sindicatos docentes foram fundamentais em vários aumentos salariais ao longo da última década. Várias instituições relacionadas com o recrutamento de professores/as também se tornaram mais transparentes em termos de anúncio de vagas e classificação dos/das professores/as com base em pontos, o que lhes possibilita a transferência de um cargo para outro e, eventualmente, aos/às professores/as temporários/as se tornarem efetivos/as. O exame nacional de qualificação para se tornar professor/a ficou mais transparente e continua muito competitivo, sendo que menos de 5% dos/das candidatos/as passam. Vários/as professores/as relataram que, antes da Revolução, o sucesso nesse exame era comprado (ao preço de 7000 TND) ou concedido por meio de conexões clientelistas. No entanto, o exame não era realizado havia mais de seis anos devido ao congelamento das contratações e ao recurso a fórmulas de contratação precárias, apesar de haver carências (estimadas em 6.000 vagas no ensino secundário e um total de 15.000 cargos). Como em muitos outros contextos, os ganhos trabalhistas costumam ser ofuscados por outros cortes orçamentários e mal acompanham os índices de inflação.

A mobilização de protestos de 2023 foi a quarta de uma série de manifestações docentes desde a Revolução. Com o início do ano letivo de 2014/2015, os/as professores/as realizaram uma série de greves que forçaram o ministério e o governo a assinar um acordo, concedendo aos/às professores/as promoções excepcionais, aumentos salariais a serem pagos progressivamente e definindo mecanismos para envolver os/as professores/as na reforma do sistema educacional. Em 2017, os/as docentes lançaram uma série

de movimentos, greves e ocupações em frente ao Ministério, o que forçou o primeiro-ministro a demitir o ministro da Educação. Os/As professores/as voltaram à ação e realizaram greves circunscritas no início do ano letivo de 2017/2018, culminando numa crise nacional na primavera de 2018, após uma greve que durou 8 dias. O sindicato foi forçado a recuar em troca da promessa de retomada das negociações nos meses de verão. No entanto, o ano letivo de 2018/2019 começou sem qualquer progresso nas negociações, e a ação sindical não se intensificou durante a pandemia. Em paralelo, os protestos dos/das professores/as substitutos/as, precariamente empregados/as e que não são membros do sindicato, continuaram periodicamente ao longo dos anos anteriores, desde 2016. Em 2020, por exemplo, os/as professores/as substitutos/as organizaram vários protestos e participaram de um dia de boicote às aulas. Esses protestos continuaram ao longo do ano letivo de 2022/2023, paralelamente à ação sindical. Os/As recém-formados/as em institutos de educação, que também não são membros do sindicato, realizaram protestos pela expedição ou regularização de seus empregos para preencher a escassez de professores/as. Desde o golpe constitucional de 25 de julho de 2021, a UGTT e os sindicatos em geral têm operado sob a ameaça de exclusão política, já que o novo presidente busca eliminar as instituições intermediárias da sociedade civil em nome de uma pretensa relação direta com o povo.

No início do ano letivo de 2022/2023, os sindicatos exigiram a realização de sessões de diálogo com o Ministério para discutir todas as suas reivindicações profissionais, mas obtiveram poucas respostas satisfatórias. Em 2 de dezembro de 2022, o Sindicato do Ensino Secundário anunciou sua decisão de não enviar as notas de provas dos/as alunos/as às diretorias. O Sindicato do Ensino Básico (Escolas Primárias) seguiu o exemplo em 8 de dezembro de 2022. A intenção não era interromper o processo de aprendizagem por meio de greves, como nos anos anteriores, mas prosseguir com todas as aulas e fornecer notas aos/as alunos/alunas em tarefas individuais e exames, sem oficializá-las, disponibilizando-as à diretoria para que fossem calculadas no total de todas as disciplinas. Em junho de 2023, no final do ano letivo, o Ministério chegou a um acordo com o sindicato do ensino secundário, que incluía um pequeno aumento salarial a partir de 2026. Embora se tratasse de uma concessão, houve fortes queixas dos/das professores/as nas redes sociais devido ao valor reduzido do aumento. O acordo incluía um acréscimo de 300 TND, a ser pago em três parcelas de 100 TND (32 USD ou cerca de 6% dos salários atuais) nos anos de 2026, 2027 e 2028, assim como outros compromissos.⁷

O sindicato docente do ensino fundamental também recebeu uma proposta semelhante, que foi rejeitada. Uma declaração oficial acusou professores/as em protesto de falta de lealdade à nação e de prejudicarem os interesses dos/as alunos/as, sua aprendizagem, motivação e empenho ao longo do ano. Muitos/as professores/as desertaram diante da pressão e das ameaças de cortes salariais e, de acordo com o Ministério, a esmagadora maioria dos/das docentes apresentou suas notas. No entanto, mesmo se uma pequena

proporção das notas é retida, o processo fica comprometido, uma vez que nem as diretorias das escolas nem o Ministério têm como saber o número exato de alunos/as aprovados/as nem a sua classificação, o que é particularmente crítico para as famílias que aspiram a matricular os filhos e as filhas em Escolas Modelo que só aceitam alunos/as com melhor desempenho. Em julho, a crise se agravou quando o ministro, ele mesmo ex-sindicalista, descreveu a impossibilidade de os/as alunos/as obterem suas notas da maneira formal como ‘um crime contra o povo tunisiano’ e tomou medidas punitivas contra os/as professores/as em protesto, privando 17 mil docentes do ensino fundamental de um mês de salário e destituindo 350 diretores/as de seus cargos nas escolas. O sindicato dos/das professores/as do ensino fundamental alegou que essas ações eram ilegais e respondeu com demissões em massa, ocupações nas sedes regionais e ameaças de boicote ao próximo ano letivo. É notável que a UGTT, a organização sindical central, que não apoiou publicamente a greve silenciosa, acabou oferecendo um apoio limitado: fazendo a mediação entre os sindicatos e o Ministério e sendo cossignatária do acordo firmado entre o sindicato do ensino médio e o Ministério. No contexto atual, após 25 de julho, a UGTT já é considerada parte dos/das críticos/as do presidente atual, muitos/as dos/as quais foram presos/as. Adotar uma linha dura pode tê-los/las tornado alvos de repressão direta ou de descontentamento popular. A retração das liberdades e das instituições democráticas, portanto, desempenhou um papel nas divisões aparentes dentro do movimento trabalhista. A desilusão com a democracia e a defesa das liberdades entre os/as tunisianos/as (RIDGE, 2022) provavelmente teve seu papel no enfraquecimento do apoio aos sindicatos entre os/as professores/as, bem como do apoio aos protestos entre o público.

Materiais e métodos

Ao longo de dez semanas, entrevistei 60 professores/as, dentro e fora de suas instituições de ensino, além de assistir a aulas como parte de um estudo mais amplo sobre educação, equidade e diversidade no Oriente Médio pós-levante. Identifiquei os/as entrevistados/as por meio de redes já existentes e do efeito bola de neve. A amostra foi diversificada em termos de gênero, localização geográfica, nível de escolaridade, perfil socioeconômico da escola, tempo de serviço e situação profissional. Em termos de gênero, as pessoas entrevistadas estavam divididas quase igualmente entre mulheres (31) e homens (29). Em termos de diversidade regional, realizei entrevistas em áreas costeiras e interiores da República da Tunísia: em Kairouan, Siliana, Túnis, Monastir e Sfax. Entrevistei 23 professores/as do ensino fundamental e 37 professores/as do ensino médio. Em termos de perfil socioeconômico das escolas, tive reuniões com professores/as de escolas rurais e urbanas, privilegiadas e fortemente desprivilegiadas. Sfax costuma ser classificada

como a cidade de melhor desempenho desde a independência, enquanto Kairouan costuma ficar entre as últimas colocadas nos resultados das avaliações nacionais. Monastir é uma cidade costeira e de privilégios, enquanto Siliana é uma província mais rural ao noroeste. Túnis, a capital, tem uma grande variedade de escolas, tanto de grandes privilégios quanto sem privilégio algum, e minhas entrevistas abrangeram as escolas de nível médio e baixo, mas não as mais privilegiadas. No entanto, a maioria dos/as professores/as havia lecionado em mais de uma província e em locais rurais e urbanos, com base em suas nomeações e com base nas vagas disponíveis, então, tendiam a ter experiência pessoal quanto às diferenças regionais entre as escolas.

Em termos de geração, cerca de dois terços dos/das entrevistados/as (39) tinham mais de 10 anos de experiência na área da educação e muitos/as tinham mais de 20 anos de experiência, o que reflete o perfil da profissão docente, especialmente em razão do congelamento das contratações nos últimos anos, devido às medidas de austeridade. Um terço dos/das entrevistados/as ingressou na profissão após a Revolução (especialmente com uma pequena onda de nomeações formais em 2019). O perfil desses/as é ainda mais distinto, pois concluíram programas de qualificação mais avançados e foram selecionados/as por meio de um exame nacional de qualificação altamente competitivo antes de serem nomeados/as professores/as. Também entrevistei duas professoras temporárias.

Em entrevistas semiestruturadas de longa duração, perguntei explicitamente aos/as docentes sobre os protestos em andamento, assim como suas opiniões a respeito de sindicatos; sobre *“quem defende a educação pública”* no país, bem como suas opiniões a respeito do quanto o sistema apoia a equidade e promove valores comuns de cidadania e pertencimento. Também perguntei sobre suas trajetórias na educação, seus anos de serviço e suas nomeações em diferentes locais. Analisei, ainda, a cobertura atual dos protestos na imprensa e consultei as páginas do Facebook dos/das entrevistados/as que me indicaram, explicitamente, as publicações abertas de outras pessoas, além das páginas dos/das principais porta-vozes dos sindicatos, ONGs e funcionários/as do Ministério. Além dos/das docentes, no período mais longo de setembro de 2022 a junho de 2023, entrevistei um ex-ministro da Educação, duas pessoas importantes que trabalham em sindicatos, duas pessoas que trabalham em ONGs ligadas a questões educacionais, um professor universitário que trabalha com educação, um funcionário atual do Ministério e uma pessoa que coordena programas de uma organização internacional. Essas entrevistas com pessoas não docentes alimentam a análise, mas não são utilizadas aqui de forma sistemática.

As opiniões dos/das docentes sobre os sindicatos e a greve de 2023

Várias conclusões importantes emergem das entrevistas.

Insatisfação com o salário docente e outras queixas

Sendo o principal motivo que fomentou o protesto, a insatisfação com os salários era generalizada entre os/as entrevistados/as. Os salários docentes foram comparados aos seus níveis históricos e relacionados ao aumento do custo de vida. Professores/as mais velhos/as, sobretudo, compararam o valor real dos seus salários ao da era pós-colonial, quando o salário de docente lhes permitia construir uma casa, sustentar muitos outros membros da família e serem convocados/as para apoio na solução de disputas locais, tornando-os/as, de certa forma, pessoas notáveis nas suas cidades. Hoje, como disse um professor, *“a maioria dos/as professores/as está endividada com os bancos (por exemplo, empréstimo para compra de carro), metade de seu salário vai para o pagamento de dívidas e o restante mal cobre o aluguel e as necessidades básicas”*. Professores/as mais jovens comentaram com frequência que seu salário era muito baixo, mesmo quando não tinham dependentes e responsabilidades adicionais. Como observou uma pessoa professora da zona rural de Siliana, *“moro com meus pais, mas meu salário não é suficiente”*. Vários/as professores/as relataram gastar mais da metade de seus salários com transporte nos primeiros anos de trabalho, quando normalmente são designados/as para áreas remotas para as quais não desejam se mudar. Os/as professores/as também compararam seus salários com os de outros/as funcionários/as públicos/as que ganham melhor, como professores/as universitários/as e médicos/as, bem como com os de profissionais com qualificações mais baixas, como policiais novatos/as ou outros/as funcionários/as públicos/as cujo trabalho não é tão exigente quanto o de docente. Os/as professores/as temporários/as eram especialmente desfavorecidos/as, pois não tinham renda suficiente nem estabilidade no emprego.

Além disso, os/as docentes citaram várias considerações morais e de princípios. Com frequência enfatizaram a situação difícil dos/das temporários/as e relataram sua participação na greve principalmente em termos de solidariedade com esses/as colegas temporários/as, para que pudessem obter contratos permanentes. Outros/as destacaram as reivindicações dos sindicatos para a promoção e participação de uma reforma educacional mais ampla. Os/as docentes mencionaram frequentemente que as reivindicações do sindicato já tinham sido contempladas em acordos anteriores com o governo/Ministério e expressaram indignação e frustração pelo fato de tais acordos não terem sido honrados. O apoio inicial à greve também foi justificado por representar o menor prejuízo para os/as alunos/as, uma vez que esses/as recebem as suas notas em trabalhos individuais que podem ser somadas de forma independente por eles/elas próprios/as ou por seus pais e suas mães.

Os sindicatos como principais defensores da educação pública

“Os sindicatos são o único elemento que defende a educação. O ministério não o faz... Estamos convencidos/as daquilo pelo que lutamos. Somos nós que nós desgastamos e nos sacrificamos. Há ataques enormes para demonizar os/as professores/as, mas eles/elas são os/as únicos/as que compartilham com vocês a educação de seus filhos e de suas filhas... Se a educação é cara, a ignorância sai ainda mais cara”.

Tal como essa pessoa docente da zona rural de Siliana, muitos/as citaram os sindicatos nas suas reflexões sobre a questão de quem defende a educação pública na Tunísia. Alguns/umas começaram afirmando que ninguém defende a educação, que a educação pública foi abandonada pelo Estado desde a década de 1990 ou que existe uma tendência para a privatização, embora não declarada. No entanto, quando questionados/as sobre forças sociais específicas, indivíduos ou entidades, a maioria citou os sindicatos, bem como os/as professores/as em geral ou todas as pessoas preocupadas com o país. O papel dos sindicatos na garantia de ganhos recentes foi destacado com frequência; por exemplo, em termos de aumentos salariais consideráveis (de 900 TND em 2014 para 1600 TND em 2023).

É claro que havia professores/as que não se identificavam com os sindicatos, não destacavam seu legado ou os consideravam muito dóceis. Por exemplo: embora identificasse o sindicato como um importante defensor da educação pública, uma pessoa docente de história em Túnis argumentou que o sindicato é brando e não obteve ganhos em comparação com outros setores. Observou ainda que ele *“ficou aquém das nossas aspirações”*, não é mais o coração da UGTT e que a greve não tem sentido. De acordo com uma professora de francês nova na carreira, a preocupação com a educação pública está ausente de todos os discursos políticos, e os sindicatos deveriam ter lutado mais: *“Não estou com o sindicato, não tenho confiança na política e eles deveriam ter intensificado [a luta]”*. Ela comentou sua própria luta para obter nomeação como professora e o compromisso inabalável de seu grupo de continuar em greve até que suas reivindicações fossem atendidas. De acordo com outra professora de francês em Monastir, *“eu sempre segui as decisões dos sindicatos, mas eles não conversaram conosco, não nos explicaram por que estão fazendo o que fazem”*. Na sua escola os/as professores/as tomaram a decisão coletiva e antecipada de não participarem da greve, mas tentaram apoiar colegas em situação precária (a quem os aumentos salariais não se aplicariam). Ela observou: *“Não me importo com as reivindicações, mas estamos defendendo professores/as substitutos/as em situação precária”*.

Participação na ação sindical: lealdade, política e clientelismo

O papel dos sindicatos na luta anticolonial pela independência, seu papel na Revolução contra a ditadura na fase de transição *“preventiva à guerra civil”*, como contrapor-se aos islamistas, e os ganhos que os/as docentes obtiveram nos últimos anos foram citados como razões para uma pessoa docente ser leal aos sindicatos e aderir à ação coletiva. Uma pessoa docente do ensino primário, que não é sindicalista ativa, afirmou:

“A UGTT deve seu poder à sua história de luta contra o colonialismo, liderando o movimento nacionalista quando as suas lideranças estavam no exílio e representando um refúgio para figuras da oposição sob a ditadura pós-colonial. É um ator político por excelência. O sindicato docente criou ganhos reais para os/as professores/as, apesar das falhas, com as quais tenho insatisfação, incluindo a atual liderança que prolongou o seu próprio mandato, contrariando o regulamento interno que temos”.

Como observou uma pessoa docente de uma escola desprivilegiada em Túnis, *“seguimos as diretrizes do sindicato, mesmo que não concordemos. Tenho esperança de que possa haver uma mudança para melhor”*. Segundo outra, em Kairouan, *“mesmo que haja desvios e erros (inhiriatat wa mazaliq), não nos afastamos da diretriz do sindicato”*.

Embora as gerações mais velhas de professores/as pareçam mais propensas a valorizar a lealdade ao sindicato, algumas pessoas entrevistadas, sobretudo docentes mais jovens, consideravam que a luta não lhes dizia respeito ou se referiam a ela com desdém, como um jogo político no nível da liderança. Uma pessoa docente iniciante de Ciências Islâmicas em Kairouan afirmou que *“a liderança sindical faz a gente de gato e sapato em meio a uma luta de egos. Isso não me interessa. Presto atenção no meu trabalho e é isso”*. Uma jovem pessoa docente de filosofia em Túnis também observou que os sindicatos e o Ministério são pragmáticos e que não vale a pena discutir nem analisar a greve.

A crítica mais recorrente aos sindicatos girou em torno de práticas corruptas ou clientelistas. Os/As entrevistados/as se referiram ao nepotismo nas práticas de contratação, que leva à ineficiência e pode ter aumentado a desigualdade. Por exemplo: uma pessoa ex-docente e diretora de uma escola central explicou que tinha onze administradores/as, quando precisava de apenas quatro, que foram transferidos/as com a ajuda do sindicato, o que nunca teria acontecido antes da Revolução. Outra pessoa ex-docente e administradora regional explicou que as transferências são sempre do campo para a cidade, com a ajuda dos sindicatos. A força dos sindicatos e a fraqueza do Estado/administração ou Ministério foram citadas frequentemente como motivo. Uma pessoa ex-docente e atual inspetora na zona rural de Siliana explicou que havia entrado na UGTT após uma greve de fome sob o antigo regime e a deixou em 2012 porque não defendia mais setores e sim indivíduos/as, embora tenha observado que a corrupção nos sindicatos não é irreparável. Os/As entrevistados/as também lamentaram que o sindicato defenda docentes *“mesmo que cometam erros”*. Para uma pessoa entrevistada, os sindicatos defendem os/as docentes mesmo que pertençam a uma tendência política rival, como salafistas, que representam uma base eleitoral significativa. Outras *“falhas”* importantes com as quais os/as docentes estavam *“insatisfeitos/as”* diziam respeito à medida antidemocrática da UGTT de prolongar seu próprio mandato, violando o artigo 20 dos seus estatutos.

Reservas quanto à greve silenciosa de 2023

Uma reserva comum quanto à greve era a ideia de que, no contexto de uma crise nacional e de negociações da dívida externa, o momento seria inadequado para fazer exigências extras. Por exemplo: embora expressasse forte sentimento de pertença ao movimento trabalhista, um professor de Kairouan criticou o momento e a utilidade da greve, tendo em vista a grave crise econômica. Ele observou que *“as exigências serão atendidas com o desenvolvimento [...] agora não há recursos para atender”*. Ele argumentou que o trabalho sindical ficou caótico e isso *“deu de presente à mídia a oportunidade de lançar campanhas contra a escola pública”*. Observou que, após a Revolução, o trabalho sindical se tornou o principal obstáculo (*mu’atil*) ao desenvolvimento, citando o declínio na renda da produção de fosfato devido à ação. *“Eu sou filho da UGTT. Fui sindicalista e morrerei sindicalista e estarei sempre do lado dos/las trabalhadoras/las para que obtenham seus direitos [...] todos temos necessidades. Mas o desenvolvimento vem em primeiro lugar, não as greves”*. Outra pessoa docente observou que a situação financeira é ruim, que há políticas de austeridade que não foram anunciadas e que as condições não melhoraram com as greves – pelo contrário, o status dos/das professores/as e seus salários estão em declínio. A ideia é que *“temos que ser pacientes e racionais”*, como afirmou outra pessoa docente.

Citando o contexto de uma crise da dívida e negociações de resgate financeiro, no qual o presidente do país, que tem uma taxa de aprovação de 70%, tem prometido não ceder às pressões estrangeiras e às medidas de austeridade do FMI, muitos/as professores/as consideraram que *“não era o momento certo”* para fazer reivindicações num país que *“considera um triunfo o fato de ter pagado seus funcionários públicos”*. Como explicou outra pessoa docente, as *“reivindicações salariais aumentaram após a revolução”*, mesmo quando a liderança da UGTT não estava de acordo, mas esta *“não conseguiu conter ou racionalizar (tu’aqlin)”* essas reivindicações e *“houve um efeito de demonstração”*, pois tais reivindicações foram atendidas por *“governos fracos”* a fim de *“preservar a paz social”*. Ela previu que, no final, não haverá conquistas, o que prejudicará o trabalho do sindicato e sua credibilidade.

Vários/as professores/as também mencionaram que as greves dos últimos anos levaram pais e mães a transferirem filhos e filhas para escolas particulares. Uma pessoa docente que trabalha tanto em escolas particulares quanto públicas sugeriu que percebia a injustiça em reter notas na rede pública, enquanto as entregava na privada, e abandonou a greve mais cedo. Outra pessoa dos subúrbios de Túnis observou que não se deve instrumentalizar os/as alunos/as e que nunca se convenceu da serventia das greves. Uma pessoa docente temporária observou que não se convenceu desde o início, pois reter notas afeta o moral dos/das alunos/as: *“Não gostei das reivindicações financeiras, mesmo que eu passe necessidade. Meu país está se endividando para que eu receba 300 dinares a mais?”* Outra pessoa ex-docente e diretora em Túnis disse que não participou do protesto silencioso, apesar da legitimidade das reivindicações, e

que desejava a adoção de outra forma de luta, pois esse formato transmite negatividade aos/às alunos/as, faz com que se sintam peões num tabuleiro e vai contra o direito que eles/elas têm à educação. Em alguns casos, professores/as que criticavam duramente as medidas anti-democráticas do presidente ou se referiam aos perigos de seu populismo também consideraram equivocada a decisão de entrar em greve.

Outra observação sobre a greve foi que ela estava alimentando representações negativas de docentes na mídia e na sociedade, submetendo-os/as à pressão de pais, mães e da sociedade sem a probabilidade de um ganho proporcional. A disposição dos/das professores/as em manter a greve parecia diminuir à medida que ela se prolongava, que as críticas públicas aumentavam, que o ano letivo chegava ao fim e que o Ministério não fazia nenhuma concessão. Entrevistada no final do ano letivo, uma pessoa docente de Túnis, que há muito tempo atua no sindicato, expressou consternação com a narrativa de traição que a mídia e as autoridades apresentavam, mas argumentou que a retenção de notas havia se esgotado como opção de luta, dada a falta de motivação entre os/as professores/as, sendo necessário recuar e transferir a luta para o ano seguinte. Uma pessoa docente que entrevistei após o primeiro acordo firmado com o sindicato do ensino médio me disse que o acordo era uma farsa e uma traição às lutas docentes.

Conclusão

No mais recente de uma série de protestos ao longo da última década, os sindicatos docentes da Tunísia escolheram uma estratégia – a retenção das notas finais – que reduz a perda de aprendizagem dos/das discentes (em comparação com uma greve) e diminui as barreiras à participação de professores/as (em comparação com um protesto físico). Inicialmente muitos/as professores/as expressaram sua adesão a essa ‘greve silenciosa’ para manifestar suas queixas e reforçar os sindicatos como a última força de justiça social face ao recuo da transição democrática. Ao final, os sindicatos conseguiram concessões limitadas e postergadas, o que causou frustração significativa entre os/as docentes. O artigo sublinha as principais lógicas que informaram as opiniões docentes sobre os sindicatos e as greves. Embora tenham sido expressas críticas aos sindicatos e suas escolhas, não houve contestação forte ao papel dos sindicatos na defesa da educação e na promoção dos direitos docentes, nem à utilidade da filiação sindical. Este episódio de controvérsia ocorreu no meio de uma situação financeira difícil e foi visto como parte de uma luta política para proteger espaços de autonomia e representação fora das reivindicações populistas – ou, da perspectiva oposta, para minar um presidente popular num momento politicamente frágil.

As narrativas dos/das professores/as revelam maneiras profícuas de aproveitar e ressignificar as estruturas já consolidadas na literatura. As queixas relativas aos salários, contratações temporárias e outras condições eram claras, e a forte identidade social dos/das professores/as

se destacava. No entanto, a identificação com os sindicatos variava significativamente. Especialmente entre as gerações mais velhas de docentes, muitos/as valorizavam a força política dos sindicatos, sendo que preservar ou aumentar esse poder era uma consideração fundamental e, por vezes, decisiva na resolução de cumprir ou não as decisões da liderança. No entanto, para muitos/as as percepções de clientelismo e transgressão dos procedimentos democráticos dentro do movimento sindical minaram essa identificação. Embora a eficácia dos sindicatos em garantir ganhos financeiros para os/as docentes tenha sido comprovada ao longo dos anos, a probabilidade de sucesso desse protesto em específico foi questionada no contexto da espiral da dívida nacional e da rápida inflação. As percepções de oportunismo político tiveram destaque nas narrativas docentes.

Os/as professores/as fizeram referência a diversas orientações morais e políticas para apoiar e contestar a greve. Por exemplo: muitos/as simpatizaram com os apelos ao interesse nacional, além de serem sensíveis às acusações oficiais e da mídia sobre falta de lealdade e de prejuízo à nação. Também foram levantadas questões morais em relação ao dano potencial aos/as alunos/as devido à greve, fosse minando seu moral e aprendizado ou afastando as famílias da educação pública. As acusações de corrupção contra os sindicatos também poderiam ser vistas como uma tentativa de transformar um grupo de interesse numa máquina política, no sentido proposto por Ben Schneider (2022). Ao obter maior controle sobre a contratação de docentes, os sindicatos estavam, indubitavelmente, tentando obter mais poder sobre as carreiras dos/das professores/as, embora de maneira informal. No entanto, quando vistas por uma lente moralizante e ampliadas pela mídia, essas modalidades de clientelismo podem se tornar um determinante fundamental na identificação com os sindicatos. As opiniões sobre o apoio à democracia e a primazia do “desenvolvimento sobre a liberdade” também moldaram a identificação com os sindicatos e as atitudes em relação à ação coletiva seletiva. A identificação com a entidade que convoca a ação coletiva tem, portanto, dimensões morais, políticas e ideológicas que moldam as decisões de participação. Ser um sindicato altamente politizado, com uma liderança em desacordo com um presidente popular, tanto reforçou como minou a identificação com a entidade, para além do acordo sobre as suas reivindicações. Em suma, embora a literatura tenha sublinhado considerações morais, a investigação aponta para um leque mais amplo de diferenças nas preferências e valores políticos que podem ser acentuados como ponto de partida para captar os fatores expostos como motivo de participação nos protestos. A duração e a recorrência dos protestos ao longo dos anos anteriores também tiveram impacto no empenho dos/das professores/as e na pressão social e parental sobre eles/elas.

As dimensões geracional, temporal, política e histórica estruturaram, portanto, as narrativas de queixas, identidade, eficácia e moralidade que impulsionaram as atitudes em relação ao protesto. No entanto, embora as reclamações percebidas e as emoções a elas ligadas fossem compartilhadas pelos/as professores/as entrevistados/as, os fatores decisivos que moldaram suas opiniões se centravam nas preferências morais e políticas e na percepção de uma oportunidade política. A forte identidade de grupo como professores/as e a solidariedade com os/

as professoras/as temporárias/as foram temas comuns, enquanto a identificação com o sindicato fez os/as docentes divergirem. Um ambiente de nacionalismo e populismo em ascensão, as avaliações docentes quanto às perspectivas realistas de sucesso dos protestos contra um governo que luta pela solvência e os crescentes ataques da imprensa, como a declaração citada no início deste artigo, contribuíram para as opiniões dos/das professores/as sobre o protesto. Por outro lado, apesar das divergências sobre o momento e as ferramentas da luta, o legado histórico e o papel político recente dos sindicatos e sua defesa dos/das docentes são reconhecidos de modo mais amplo, pois os sindicatos continuam sendo vistos como um veículo central para a defesa da educação pública na Tunísia.

Notas

- 1 Artigo originalmente publicado com o título *When do Teachers Strike: Between Strong Unions, Divergent Preferences and Political Opportunity in Tunisia*, Hania Sobhy, em *Globalisation, Societies & Education* (Vol 23, Issue 1, 2025). Reproduzido com permissão de Informa UK Limited, que opera como *Taylor & Francis Group*: <https://www.tandfonline.com>. Tradução realizada por Érico Assis.
- 2 Gostaria de agradecer às três pessoas revisoras anônimas por seus comentários de grande utilidade. Agradecimentos especiais às pessoas editoras convidadas, por sua perspicácia com o manuscrito, suas contribuições inestimáveis e sua orientação.
- 3 Na maioria dos países de renda média e baixa, os salários dos/as professores/as representam de 2 a 7 vezes o PIB per capita (SANDEFUR, 2018), e as evidências apontam que um salário médio de 3 a 3,5 vezes o PIB per capita é propício para um sistema educacional produtivo (OCDE, 2014, 184).
- 4 Falamos em UGTT apenas quando os/as entrevistados/as se referem à organização maior: a União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (*al-itihad*); usamos sindicato/sindicatos para nos referirmos aos sindicatos docentes (*al-naqaba/al-naqabat*). *Naqaba* (ou *naqabat ummal*) é o termo árabe que engloba sindicatos, associações profissionais e organizações de trabalhadores/as.
- 5 Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Revisão Ética do Instituto Max Planck para o Estudo da Diversidade Religiosa e Étnica (MPI-MMG) e recebeu o número de aprovação: MPI-MMG/SCD/2022/12A.
- 6 Em termos de comparação internacional, o desempenho dos alunos e das alunas da Tunísia está abaixo da média da OCDE em mais de três anos de escolaridade (WORLD BANK, 2016).
- 7 Entre outros itens estavam um aumento no bônus anual de volta às aulas e a reabertura dos processos de promoção. O acordo também se compromete com a eliminação do emprego precário no setor e a regularização da situação dos/das professores/as substitutos/as no banco de dados.

Referências

AKKERMAN, Agnes, Mareike J. Born, and Rene Torenvlied. 2013. "Solidarity, Strikes, and Scabs: How Participation Norms Affect Union Members' Willingness to Strike." *Work and Occupations* 40 (3): 250–280. <https://doi.org/10.1177/0730888413481481>.

- APICELLA, Sabrina, and Helmut Hildebrandt. 2019. "Divided we Stand: Reasons for and Against Strike Participation in Amazon's German Distribution Centres." *Work Organisation, Labour & Globalisation* 13 (1): 172–189. <https://doi.org/10.13169/workorgalabglob.13.1.0172>.
- BANDURA, Albert. 2000. "Exercise of Human Agency Through Collective Efficacy." *Current Directions in Psychological Science* 9 (3): 75–78. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.00064>.
- BARRIE, Christopher, and Neil Ketchley. 2018. "Opportunity Without Organization: Labor Mobilization in Egypt After the 25th January Revolution." *Mobilization: An International Quarterly* 23 (2): 181–202. <https://doi.org/10.17813/1086-671X-23-2-181>.
- BASCIA, Nina. 2004. "Teacher Unions and the Teaching Workforce: Mismatch or Vital Contribution?" *Teachers College Record* 106 (13): 326–347. <https://doi.org/10.1177/016146810410601310>.
- BASCIA, Nina. 2008. "What Teachers Want from Their Unions What We Know from Research." In *In The Global Assault on Teaching, Teachers, and Their Unions Stories for Resistance*, edited by Mary Compton and Lois Weiner, 95–108. New York: Palgrave Macmillan.
- BASCIA, Nina, and Sachin Maharaj. 2022. "After the Dust Has Settled: Enduring Teacher Unionism." *Critical Education* 13 (4): 5–19. <https://doi.org/10.14288/ce.v13i4.186622>.
- BATTISTONI, Richard M. 2012. "Teachers Unions and Public Education: A Discussion of Terry Moe's Special Interest: Teachers Unions and America's Public Schools." *Perspectives on Politics* 10 (1): 122–123. <https://doi.org/10.1017/S1537592711004336>.
- BURROWS, B., Ö Uluğ, K. Khudoyan, and B. Leidner. 2022. "Introducing the Collective Action Recursive Empowerment (CARE) Model: How Small-Scale Protests led to Large-Scale Collective Action in Armenia's Velvet Revolution." *Political Psychology* 44: 397–418. <https://doi.org/10.1111/pops.12858>.
- CARAWAY, Teri L., Maria Lorena Cook, and Stephen Crowley, Eds. 2015. *Working Through the Past: Labor and Authoritarian Legacies in Comparative Perspective*. New York: Cornell University Press.
- CARLSON, D. 1992. *Teachers and Crisis: Urban School Reform and Teachers' Work Culture*. New York: Routledge Chapman & Hall.
- CASEY, Leo. 2012. "Teachers Unions and Public Education: A Discussion of Terry Moe's Special Interest: Teachers Unions and America's Public Schools." *Perspectives on Politics* 10 (1): 126–129. <https://doi.org/10.1017/S1537592711004439>.
- CHAMBERS-JU, Christopher, Amanda Beatty, and Rezanti Putri Pramana. 2022a. "Exploring the Politics of Expertise: The Indonesian Teachers' Union and Education Policy, 2005-2020." RISE Working Paper Series. 22/101. https://doi.org/10.35489/BSG-RISE-WP_2022/101
- CHAMBERS-JU, Christopher, Amanda Beatty, and Rezanti Putri Pramana. 2022b. "The Role of Teacher Union Expertise in Shaping Education Policy." RISE Programme. <https://riseprogramme.org/blog/role-teacher-union-expertise-education-policy>.
- COLOGNA, Viktoria, Gea Hoogendoorn, and Cameron Brick. 2021. "To Strike or not to Strike? An Investigation of the Determinants of Strike Participation at the Fridays for Future Climate Strikes in Switzerland." *PLoS One* 16 (10): e0257296. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0257296>.
- COMPTON, Mary, and Lois Weiner. 2008. *The Global Assault on Teaching, Teachers and Their Unions*. New York: Palgrave Macmillan.
- CSEFRS (Conseil Supérieur de l'Éducation, de la Formation et de la Recherche Scientifique). 2021. Le métier de l'en-seignant au Maroc : à l'aune de la comparaison international. Rabat: Conseil Supérieur de l'Éducation, de la

- Formation et de la Recherche Scientifique. <https://www.csefrs.ma/wp-content/uploads/2021/11/30-11-Rapport-me%CC%81tier-de-lenseignant-V-Fr.pdf>.
- DIXON, Marc, and Vincent J. Roscigno. 2003. "Status, Networks, and Social Movement Participation: The Case of Striking Workers." *American Journal of Sociology* 108 (6): 1292–1327. <https://doi.org/10.1086/375198>
- FRYMER, Paul. 2012. "Teachers Unions and Public Education: A Discussion of Terry Moe's Special Interest: Teachers Unions and America's Public Schools." *Perspectives on Politics* 10 (1): 124–126. <https://doi.org/10.1017/S1537592711004725>.
- GIUGNI, Marco. 2011. "Political Opportunity: Still a Useful Concept?" In *Contention and Trust in Cities and States*, edited by M. Hanagan and C. Tilly, 271–283. Dordrecht: Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-007-0756-6_19.
- Hartshorn, Ian M. 2018. *Labor Politics in North Africa: After the Uprisings in Egypt and Tunisia*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108351157.007>
- HARTSHORN, Ian. M., and Rudra Sil. 2019. "The Fate of Labor After Regime Change: Lessons from Post-Communist Poland and Post-Apartheid South Africa for Tunisia's Nobel-Prize Winning Unions." *Economic and Industrial Democracy* 40 (1): 20–41. <https://doi.org/10.1177/0143831X18780321>.
- HOYMAN, Michele M., Joshua M. Jansa, and Austin Bussing. 2023. "The Catalysts of "Red for Ed": Statewide Teachers' Strikes as Collective Voice and Conflict Expansion for Communities of Fate." *The Social Science Journal*. <https://doi.org/10.1080/03623319.2023.2284397>.
- KRAVITZ, Richard L., Lawrence Linn, Nikki Tennant, Elizabeth Adkins, and Zawacki Bruce. 1990. "To Strike or not to Strike? House-Staff Attitudes and Behaviors During a Hospital Work Action." *The West Journal of Medicine* 153 (5): 515–519.
- MADRID, Raúl L. 2003. "Labouring Against Neoliberalism: Unions and Patterns of Reform in Latin America." *Journal of Latin American Studies* 35 (1): 53–88. <https://doi.org/10.1017/S0022216X0200665X>.
- MAMARI, Hamadi. 2023. "The Truce Between the Tunisian President and the Labour Union Falls into the Trap of Estrangement." *The Independent Arabia*. 19 February. <https://shorturl.at/oOPU5>.
- MEDDEB, Hamza. 2020. "Tunisia's Geography of Anger." 19 February. Carnegie Middle East Center. <https://carnegie-mec.org/2020/02/19/tunisia-s-geography-of-anger-regional-inequalities-and-rise-of-populism-pub-81086>.
- OECD. 2014. "Indicator D3: How Much are Teachers Paid?" In *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*, 454–472. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/88893311981>.
- PETRAS, James. 2018. *The Left Strikes Back: Class Conflict in Latin America in the age of Neoliberalism*. New York: Routledge.
- RIDGE, Hannah M. 2022. "Dismantling new Democracies: The Case of Tunisia." *Democratization* 29 (8): 1539–1556. <https://doi.org/10.1080/13510347.2022.2093346>.
- SAHITO, Zafarullah, and Pertti. Vaisanen. 2019. "A Literature Review on Teachers' job Satisfaction in Developing Countries: Recommendations and Solutions for the Enhancement of the job." *Review of Education* 8 (1): 3–34. <https://doi.org/10.1002/rev3.3159>.
- SAHLBERG, Pasi. 2006. "Education Reform for Raising Economic Competitiveness." *Journal of Educational Change* 7 (4): 259–287. <https://doi.org/10.1007/s10833-005-4884-6>.
- SAHLBERG, Pasi. 2012. How GERM is Infecting Schools Around the World. <https://pasisahlberg.com/text-test/>.
- Sandefur, Justin. 2018. Chart of the Week: Teacher Pay around the World: Beyond "Disruption" and "De-skilling".
- RISE Programme. https://riseprogramme.org/blog/teacher_pay_around_world.

- SCHNEIDER, Ben Ross. 2022. "Teacher Unions, Political Machines, and the Thorny Politics of Education Reform in Latin America." *Politics & Society* 50 (1): 84–116. <https://doi.org/10.1177/00323292211002788>.
- SHUMAN, Eric, Amit Goldenberg, Tamar Saguy, Eran Halperin, and Martijn van Zomeren. 2023. "When Are Social Protests Effective?" *Trends in Cognitive Sciences* 51364-6613 (23): 00261–9. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2023.10.003>.
- SILVA, Elena, Ann Duffet, Steve Farkas, and Andrew Rotherham. 2008. *Waiting to Be Won Over: Teachers Speak on the Profession, Union and Reform*. Washington, DC: Education Sector. http://www.educationsector.org/sites/default/files/publications/WaitingToBeWonOver_0.pdf.
- TARLAU, Rebecca. 2019. *Occupying Schools, Occupying Land: How the Landless Workers Movement Transformed Brazilian Education*. Oxford: Oxford University Press.
- TASHRI3. 2024. Birnamij al-rawatib wal-minah li-muwathafi qita3 al-tarbiya (Salary and Bonus Scale of Education Sector Employees). Mawsu'a al-tashri' al-madrasi al-Jaza'iri (The Encyclopaedia of Algerian School Legislations). Accessed 1 Feb 2024. <https://is.gd/vYHZoH>.
- UNESCO Institute for Statistics (UIS). UIS Statistical Bulk Data Download Service. <https://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.PRIV.ZS?locations=TN>.
- VACHON, Todd E., and Josef-H. Ma. 2015. "Bargaining for Success: Examining the Relationship Between Teacher Unions and Student Achievement." *Sociological Forum* 30 (2): 391–414. <https://doi.org/10.1111/socf.12168>.
- VAN ZOMEREN, Martijn. 2013. "Four Core Social-Psychological Motivations to Undertake Collective Action." *Social and Personality Psychology Compass* 7 (6): 378–388. <https://doi.org/10.1111/spc3.12031>.
- WEINER, Lois, and Mary. Compton. 2019. "Teachers' Work and Teachers' Unions in the Global Education Reform Movement (GERM)." In *The Wiley International Handbook of Educational Foundations*, edited by Alan S. Canestrari and Bruce A. Marlowe, 175–188. NJ: Wiley Blackwell.
- WHITE BOOK. 2016. *White Book: Project for the Reform of the Education System in Tunisia*. Tunis: Ministry of Education. https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/tunisia_livreblanc_reforme_education_2016.pdf.
- WORLD BANK. 2016. *Country Brief Tunisia*. Washington, DC: World Bank Group. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/413111483076322196/pdf/111454-REVISED-PUBLIC-PISA-2015-Country-Brief-Tunisia.pdf>.
- WORLD BANK. 2022. *Public Expenditure Review*. Cairo: Arab Republic of Egypt, World Bank.
- YANATMA, Servet. 2023. England Teacher Strikes: How do Teachers' Salaries Compare across Europe? *Euronews*. 5 July. <https://www.euronews.com/next/2023/07/05/teachers-pay-which-countries-pay-the-most-and-the-least-in-europe>.
- YERKES, Sarah, Jennifer McCoy, Paul Stronski, Thomas de Waal, Saskia Brechenmacher, Marc Pierini, Yezid Sayigh, and Hamza Meddeb. 2022. Global lessons for Tunisia's Stalled Transition." Carnegie Middle East Center. <https://carnegieendowment.org/2022/07/21/global-lessons-for-tunisia-s-stalled-transition-pub-87541>.
- YOUSfi, Hela. 2017. *Trade Unions and Arab Revolutions: The Tunisian Case of UGTT*. New York: Routledge.

Declaração de divulgação

A autora não informou nenhum conflito de interesses em potencial.